

Realização



“BRASIL – DO CABURÁÍ AO CHUÍ”
CÂMARA MUNICIPAL
DE BOA VISTA

**Concurso
Público**
Aplicação
16/10/2016
MANHÃ

Cargo
**PROCURADOR
DA CMBV**

Caderno de Prova Objetiva

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

Atenção! Antes de iniciar a prova confira as páginas de seu caderno de provas bem como a sequência numérica das questões, comunicando qualquer falha ao fiscal para providências, pois não poderá fazê-lo em outro momento.

1. O tempo disponível para realização da prova será das 8h às 12h (total de 4 horas), não havendo prorrogação por qualquer motivo.
2. O Caderno de Prova contém: Prova Objetiva com 100 (cem) questões, sem repetição ou falhas.
3. Para cada questão serão apresentadas 5 (cinco) alternativas designadas pelas letras A), B), C), D) e E). Assinale uma alternativa para cada questão. A rasura ou qualquer marcação em mais de uma alternativa no cartão-resposta, anula a questão do candidato.
4. Preencha, fortemente, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar seus limites. Exemplo:
5. O candidato deverá obrigatoriamente assinar o Cartão-Resposta e transcrever para o cartão a frase a seguir:
O Direito se aprende estudando, mas se exerce pensando!
6. O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, riscado ou manchado, pois este documento não é substituível.
7. Será sumariamente eliminado do Concurso o candidato que for pego praticando qualquer tipo de fraude, conforme prevê o Edital.
8. O candidato só poderá retirar-se do local da prova 2h (duas horas) após seu início e só poderá levar o caderno de provas após 3h (três horas) do início da prova.
9. Os três últimos candidatos deverão sair juntos e assinar a ata de sala.

Observações

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

LISTA DE ABREVIATURAS:

ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

CPC - Código de Processo Civil.

FPM - Fundo de Participação dos Municípios.

IPU - Imposto Predial e Territorial Urbano.

ISS - Imposto Sobre Serviços.

ITCMD - Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação.

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil.

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade.

CF - Constituição Federal.

EC - Emenda Constitucional.

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.

IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

ITBI - Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis.

ITR - Imposto Territorial Rural.

STJ - Superior Tribunal de Justiça.

STF - Supremo Tribunal Federal.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

PRECISAMOS DE UMA POLÍCIA QUE NOS PROTEJA

Tem muito policial bom Brasil a fora. Gente corajosa, de olhar inquisitivo, interesse nas pessoas, solidez, moral. No geral, no País, esses bons policiais tem imensa dificuldade em lidar com a cultura da corporação. Acabam ficando deprimidos, uns escorregam no álcool ou em outras drogas, vários vão lentamente afrouxando a fibra moral. Alguns se suicidam, pela impossibilidade de conciliar o que eles acham certo com o que são obrigados a fazer todos os dias. Numa pesquisa com PMs do Estado do Rio¹, um a cada dez admitiu que já tentou se matar, um a cada cinco disse que pensava nisso.

Sem polícia, não é possível viver em paz na sociedade. Por mais rico e civilizado que seja um lugar, sempre haverá o perigo de alguém mau aparecer querendo lesar os outros – até o Éden precisa se precaver contra esse risco. O trabalho de polícia é um serviço público básico, que qualquer Estado digno de cobrar imposto tem a obrigação de prover.

Infelizmente, o Brasil não provê esse serviço, embora cobre impostos bem altos de seus cidadãos.

Talvez, nos últimos tempos, você tenha visto cena semelhante pelo You Tube, ou, em caso de azar,

pessoalmente. A viatura robocópica passa em frente a um bar, alguém com um copo de cerveja na mão grita um desaforo, surge um corinho provocativo. Sem nem se dar ao trabalho de estacionar, o carro de polícia abre a janela em frente ao bar e borriça gás tóxico em todo mundo, inclusive nos funcionários da casa, na senhora idosa sentada no balcão, nas crianças assustadas.

Gás lacrimogênio pode causar cegueira, aborto, colapso respiratório, além de ser fator de risco para doenças crônicas. Ainda assim, está longe de ser a pior coisa que pode acontecer a um brasileiro num encontro com a polícia.

A polícia daqui é uma das que mais matam no mundo, mais de 3 mil pessoas perdem a vida no País a cada ano perfurados por balas disparadas por agentes públicos. Claro que parte dessas mortes é necessária, elas podem inclusive ter salvo vidas. Mas é difícil evitar a constatação de que nossa polícia mata demais, ainda mais quando se verifica que várias vítimas são crianças, mães e pessoas desarmadas. Nos Estados Unidos, país bastante violento que possui população bem maior que a nossa, a polícia leva 30 anos para matar tanta gente. E a polícia de uma só cidade brasileira, São Paulo, mata mais que a dos EUA inteiros. Quase nunca, por aqui, algum policial é sequer investigado por essas mortes. Punições criminais são tão raras quanto moscas brancas.

¹ Por que os policiais se matam, Dayse Miranda (org.)

62% dos brasileiros têm medo de ser vítima de violência policial – índice que fica mais e mais próximo de 100% quando se pergunta para pretos, pobres e nordestinos².

Diante desse quadro, é de se compreender que muitos brasileiros odeiam a polícia. Quantos de nós ou dos nossos amigos já vivemos traumas na mão de policiais sádicos, corruptos ou preconceituosos. Essa rejeição de parte da população à polícia chegou a um extremo nos últimos três anos, desde que a violência desmedida da PM paulistana desencadeou aquela que talvez fique registrada como a maior revolta popular da história do País, depois inflamada por uma crise econômica e por um imenso escândalo de corrupção que perpassa todo sistema político.

Dia sim, dia também, em alguma cidade brasileira, há milhares de manifestantes gritando “Não acabou/ tem que acabar/ eu quero o fim da Polícia Militar”, sob o olhar ressentido dos próprios PMs, que ganham salário menor do que o valor das bombas de gás lacrimogênio que eles têm para jogar. O que se vê ao final de cada noite é uma batalha cheia de mágoa e sangue, que fica mais amarga a cada manifestação.

Não deveríamos ter ódio da polícia. Nenhuma sociedade saudável sobrevive se não tem confiança nas pessoas cujo serviço é cuidar da nossa segurança. Tem algo muito errado num país no qual agentes da ordem saem pelas ruas fazendo bagunça – explodindo bomba na cara, mirando no olho dos fotógrafos, mentindo no registro das ocorrências. O governo desconfia tanto dos nossos policiais que proibiu que eles ajudem a socorrer pessoas passando mal – o próprio Estado suspeita que eles possam se aproveitar para forjar execuções.

O sistema político tem dado respostas insuficientes ao problema, tanto à esquerda quanto à direita. Enquanto um lado elege como inimigo a polícia inteira, o outro defende os abusos, e se esquece que, num País que entra nessa espiral de

execuções e vinganças, qualquer um pode ser a próxima vítima.

É injustificável que, em 2016, o Brasil ainda tenha uma polícia construída nos anos de 1970, sob uma mentalidade ultra-autoritária, que vê o cidadão como um inimigo em potencial. Todo mundo que é sério concorda há mais de 20 anos que nosso modelo de polícia é inadequado e ultrapassado. E, ainda assim, após décadas de democracia sob governos de PMDB, PSDB, PT, não demos nenhum passo decisivo na direção certa.

É uma tentação culpar os policiais (ou os manifestantes) pelo fracasso, mas ele é do sistema político inteiro. Nessa história, os policiais são pelo menos tão vítimas quanto vilões. Quase 75% deles querem uma reforma profunda, que inclua a desmilitarização da polícia³. Eles querem que a polícia melhore.

Quem geralmente não quer são os políticos, que acham conveniente ter uma polícia brutal que despreze regras, de maneira a poder usá-la para atacar seus inimigos e para manipular a opinião pública, exacerbando seus medos.

Já é hora de criar uma polícia de verdade no Brasil. Uma instituição transparente, que tenha como única missão proteger a população, que use a força com sabedoria e que garanta que todo mundo cumpra as regras – as mesmas, para todos.

Esse último item é especialmente importante. O Brasil é a terra do privilégio: achamos normal que umas pessoas sejam tratadas de um jeito e outras de outro. Para um país funcionar, as regras que cada cidadão tem que seguir precisam ser sempre as mesmas, seja ele branco ou preto, rico ou pobre, de direita ou de esquerda. Se não for assim, não é polícia: é um bando de arruaceiros, entre outros bandos de arruaceiros. E ninguém respeitará sua autoridade.

³ Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2014.

² Atlas da violência 2016.

Denis Russo Burgierman. Superinteressante. São Paulo, out. 2016, p.11.

QUESTÃO 1

Dos trechos abaixo extraídos do texto, aponte aquele que contém a tese principal defendida pelo autor.

- A** “Tem muito policial bom Brasil afora. Gente corajosa, de olhar inquisitivo, interesse nas pessoas, solidez moral. No geral, no País, esses bons policiais tem imensa dificuldade em lidar com a cultura da corporação.” (Parágrafo 01)
- B** “Gás lacrimogênio pode causar cegueira, aborto, colapso respiratório, além de ser fator de risco para doenças crônicas.” (Parágrafo 05)
- C** “O trabalho de polícia é um serviço público básico, que qualquer Estado digno de cobrar impostos tem a obrigação de prover. (Parágrafo 02) Infelizmente, o Brasil não provê esse serviço, embora cobre impostos bem altos de seus cidadãos.” (Parágrafo 03)
- D** “É injustificável que, em 2016, o Brasil ainda tenha uma polícia construída nos anos 1970, sob uma mentalidade ultra-autoritária, que vê o cidadão como um inimigo em potencial.”(Parágrafo 12)
- E** “O governo desconfia tanto dos nossos policiais que proibiu que eles ajudem a socorrer pessoas passando mal – o próprio Estado suspeita que eles possam se aproveitar para forjar execuções.” (Parágrafo 10)

QUESTÃO 2

No desenvolvimento do texto, o autor deixa evidente que:

- A** A cultura disseminada pela corporação militar no Brasil é de violência, de maneira que exime o Estado da culpa de estarmos no patamar de uma das corporações que mais mata no mundo.

- B** A violência policial em nosso país é crescente indiferente da classe social, raça e região a que se enquadre o cidadão.
- C** Independente do partido que tenha governado o Brasil, a impossibilidade de reformar no serviço de segurança pública se dá pela mentalidade retrograda do brasileiro.
- D** Polícia Militar e cidadão civil são vítimas do acaso da autoridade que acha a atual situação conveniente para desempenhar seu papel manipulador.
- E** Há a necessidade de se dar um suporte financeiro ao serviço de segurança pública do país.

QUESTÃO 3

Das sentenças abaixo, aponte aquela que NÃO corresponde a algum aspecto que justifique a declaração de Burgierman “... é de se compreender que muitos brasileiros odeiam a polícia”(Parágrafo 08).

- A** “A polícia daqui é uma das que mais matam no mundo- mais de 3 mil pessoas perdem a vida no País a cada ano perfurados por balas disparadas por agentes públicos.” (Parágrafo 05)
- B** “O Brasil é terra de privilégio: achamos normal que umas pessoas sejam tratadas de um jeito e outras de outro. “ (Parágrafo 16)
- C** “É injustificável que, em 2016, o Brasil ainda tenha uma polícia construída nos anos 1970, sob uma mentalidade ultra-autoritária, que vê o cidadão com um inimigo potencial.” (Parágrafo 12)
- D** “Acabem ficando deprimidos, uns escorregam no álcool ou em outras drogas, vários vão lentamente afrouxando a fibra moral.” (Parágrafo 01)
- E** “Nos Estados Unidos, país bastante violento que possui população bem maior que a nossa, a polícia leva 30 anos para matar tanta gente. E a polícia de uma só cidade brasileira, São Paulo, mata mais que a dos EUA inteiros.” (Parágrafo 06)

QUESTÃO 4

Tomando a leitura dos dois primeiro períodos do parágrafo 01, depreende-se que o segundo período estabelece com o primeiro uma relação de:

- A** conclusão;
- B** oposição;
- C** proporcionalidade;
- D** adição;
- E** explicação.

QUESTÃO 5

No raciocínio argumentativo desenvolvido pelo autor, pode-se apontar que o parágrafo 14 exprime em relação à última frase do parágrafo 13 o sentido de:

- A** comparação;
- B** meio;
- C** modo;
- D** oposição;
- E** finalidade.

QUESTÃO 6

Nos períodos “A polícia daqui é uma das que mais matam no mundo- mais de 3 mil pessoas perdem a vida no País a cada ano perfurados por balas disparadas por agentes públicos. Claro que parte dessas mortes é necessária, elas podem inclusive ter salvo vidas.” (Parágrafo 06), Burgierman omitiu elementos de coesão textual que poderiam exprimir com mais clareza a relação de sentido entre os termos das orações. Em cada uma das redações abaixo dos referidos períodos foram adicionados elementos de coesão na tentativa de tornar os trechos mais claros. Aponte aquele item que contenha a forma mais adequada para se estabelecer os elos de coesão.

- A** “A polícia daqui é uma das que mais matam no mundo, pois mais de 3 mil pessoas perdem a vida no País a cada ano perfurados por balas disparadas por agentes públicos. Claro que parte dessas mortes é

necessária porque elas podem inclusive ter salvo vidas.”

- B** “A polícia daqui é uma das que mais matam no mundo e, pois, mais de 3 mil pessoas perdem a vida no País a cada ano perfurados por balas disparadas por agentes públicos. Claro que parte dessas mortes é necessária, portanto elas podem inclusive ter salvo vidas.”

- C** “A polícia daqui é uma das que mais matam no mundo- mais de 3 mil pessoas perdem a vida no País a cada ano perfurados por balas disparadas por agentes públicos. Claro que parte dessas mortes é necessária, por isso elas podem inclusive ter salvo vidas.”

- D** “A polícia daqui é uma das que mais matam no mundo, entretanto, mais de 3 mil pessoas perdem a vida no País a cada ano perfurados por balas disparadas por agentes públicos. Claro que parte dessas mortes é necessária, elas podem inclusive ter salvo vidas.”

- E** “A polícia daqui é uma das que mais matam no mundo e mais de 3 mil pessoas perdem a vida no País a cada ano perfurados por balas disparadas por agentes públicos. Claro que parte dessas mortes é necessária, por isso elas podem inclusive ter salvo vidas.”

QUESTÃO 7

Em relação ao uso da crase no período “ O sistema político tem dado respostas insuficientes ao problema, tanto à esquerda quanto à direita” (Parágrafo 11) **NÃO** podemos afirmar que:

- A** com o uso dos acentos graves, o sentido da oração é que o sistema político tem dado respostas insuficientes tanto para a esquerda quanto para a direita.
- B** se subtrairmos os acentos graves, as expressões **ESQUERDA** e **DIREITA** estão contidas no sistema político, ou seja, elas são o sistema político.

- C** o uso dos acentos graves é inadequado, tendo em vista a predicação verbal presente na oração.
- D** se houvesse a troca dos termos ESQUERDA e DIREITA por substantivos masculinos não permaneceria o uso dos acentos graves.
- E** o uso do acento grave é um indício de que existe um termo determinante dos vocábulos ESQUERDA e DIREITA.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

QUESTÃO 8

Conforme o Regimento Interno da Câmara, assinale a opção INCORRETA.

- A** A Câmara Municipal instalar-se-á no dia 1º de janeiro às 19h30min em sessão solene, para a posse de seus membros quando será presidida pelo vereador mais votado entre os presentes, que convidará um de seus pares para secretariar os trabalhos, abrindo a sessão e declarando instalada a legislatura.
- B** Imediatamente após a posse, os vereadores apresentarão declaração de bens, bem como quando do término do mandato, sendo ambas transcritas em livro próprio, resumidas em ata e divulgadas para o conhecimento público.
- C** O vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá ser empossado sem prévia comprovação da desincompatibilização, o que se dará, impreterivelmente, no prazo de 15 (quinze) dias.
- D** O recinto de reuniões da Câmara Municipal de Boa Vista somente será utilizado para fins diversos à sua finalidade, mediante requerimento fundamentado, quando o interesse público o exigir, deferido pelo Presidente.
- E** A gestão financeira da Câmara realiza-se através da disciplina regimental de suas

atividades e da estruturação e administração de seus serviços.

QUESTÃO 9

Acerca da Mesa da Câmara Municipal de Boa Vista, conforme estabelece o Regimento Interno da Câmara, assinale a opção correta.

- A** O suplente de vereador convocado não poderá ser eleito membro da Mesa Diretora.
- B** Somente se modificará a composição permanente da Mesa ocorrendo vaga do cargo de Presidente.
- C** A destituição de membro efetivo da Mesa Diretora somente poderá ocorrer pelo voto de dois terços dos vereadores, quando comprovadamente desidioso, ineficiente ou quando se tenha prevalectido do cargo para fins ilícitos, dependendo a instauração do processo do voto da maioria absoluta, condicionada a representação ao mínimo de um terço dos vereadores.
- D** Para preenchimento do cargo vago na Mesa, haverá eleições suplementares na segunda sessão legislativa seguinte àquela na qual se verificar a vaga.
- E** A Mesa decidirá sempre por maioria absoluta de votos, presentes a maioria de seus membros, sobre todos os assuntos da Câmara sujeitos ao

seu exame, dispensada a publicação dos respectivos atos e decisões.

QUESTÃO 10

Sobre as comissões, consoante estabelece o Regimento Interno da Câmara, assinale a opção INCORRETA.

- A** As comissões permanentes não poderão se reunir, no período destinado à ordem do dia da Câmara, salvo para emitirem parecer em matéria sujeita a regime de urgência especial, quando então a sessão plenária será suspensa, de ofício, pelo Presidente da Câmara.
- B** Os membros das comissões permanentes serão destituídos caso não compareçam a 3 (três) reuniões consecutivas ordinárias ou a 5 (cinco) intercaladas da respectiva Comissão, salvo motivo de força maior devidamente comprovado.
- C** As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, serão criadas pela Câmara mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso encaminhadas ao Ministério Público para que promova a respectiva responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- D** Ressalvados os casos de matéria em regime de urgência, é de 25 (vinte e cinco) dias o prazo para qualquer Comissão permanente se pronunciar, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu Presidente, em se tratando de proposta orçamentária, diretrizes orçamentárias, plano plurianual, processo de prestação de contas do Prefeito e projeto de codificação.
- E** A Comissão Parlamentar de Inquérito, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por até metade, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

QUESTÃO 11

No que concerne à liderança parlamentar, conforme estabelece o Regimento Interno da Câmara, assinale a opção INCORRETA.

- A** São considerados líderes os vereadores escolhidos pelas representações partidárias para, em seu nome, expressarem em Plenário, pontos de vista sobre assuntos em debate.
- B** No início de cada sessão legislativa, os partidos comunicarão à Mesa a escolha de seus líderes e vice-líderes.
- C** Na falta de indicação, considerar-se-ão líder e vice-líder, respectivamente, o primeiro e o segundo vereadores mais votados de cada bancada.
- D** As lideranças partidárias não impedem que qualquer vereador se dirija ao Plenário pessoalmente.
- E** As lideranças partidárias não poderão ser exercidas por integrantes da Mesa.

QUESTÃO 12

A respeito das proposições e sua tramitação, conforme estabelece o Regimento Interno da Câmara, assinale a opção INCORRETA.

- A** Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário, qualquer que seja o seu objeto.
- B** As proposições consistentes em projeto de lei, decreto legislativo, resolução ou projeto substitutivo deverão ser oferecidas articuladamente, acompanhadas de justificção por escrito.
- C** Os decretos legislativos destinam-se a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, sem a sanção do Prefeito e que tenham efeito externo.
- D** As resoluções destinam-se a regular as matérias de caráter político ou administrativo

relativas a assuntos de economia interna da Câmara.

- E** Substitutivo é o projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo apresentado por um vereador ou Comissão para substituir, integral ou parcialmente, outro já apresentado sobre o mesmo assunto.

QUESTÃO 13

Sobre os requerimentos, conforme estabelece o Regimento Interno da Câmara, assinale a opção correta.

- A** Serão verbais e decididos pelo Presidente da Câmara os requerimentos que solicitem a requisição de documento, processo, livro ou publicação existente na Câmara sobre proposição em discussão.
- B** Serão verbais e decididos pelo Presidente da Câmara os requerimentos que solicitem destaque de matéria para votação.
- C** Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que versem sobre a retirada, pelo autor de requerimento ou proposição ainda não submetido à deliberação do Plenário.
- D** Serão verbais e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que solicitem convocação de Secretário Municipal ou ocupantes de cargos da mesma natureza para prestar esclarecimentos em Plenário.
- E** Serão verbais e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que solicitem a retirada de proposição já colocada sob deliberação do Plenário.

QUESTÃO 14

Sobre a apresentação e retirada de proposição, conforme determina o Regimento Interno da Câmara, assinale a opção correta.

- A** Os projetos substitutivos das comissões, os vetos, os pareceres, bem como os relatórios das comissões especiais, serão apresentados na Secretaria da Câmara que as carimbará com designação da data e as numerará, fichando-as, em seguida, e encaminhando-as ao Plenário.
- B** As emendas e subemendas serão apresentadas nos próprios processos com encaminhamento ao Plenário.
- C** As emendas aos projetos de lei deverão ser votadas individualmente, nunca em blocos.
- D** O autor do projeto que receber substitutivo ou emenda estranha ao seu objeto poderá reclamar contra a sua admissão, competindo à Mesa decidir sobre a reclamação, sem direito a recurso.
- E** As proposições poderão ser retiradas mediante requerimento de seus autores Mesa Diretora, se ainda não se encontrem sob deliberação do Plenário, ou com a anuência deste, em caso contrário.

QUESTÃO 15

Conforme estabelece o Regimento Interno da Câmara, assinale a opção INCORRETA.

- A** Quando a proposição haja sido subscrita por mais de um autor, é condição de sua retirada que todos a requeiram.
- B** Se tiver havido solicitação de urgência simples para o requerimento que o vereador pretende discutir a própria solicitação entrará em tramitação na sessão em que for apresentada.
- C** Quando a proposição consistir em projeto de lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, uma vez lida pelo Secretário no expediente, será por este encaminhada às comissões competentes para os pareceres técnicos.
- D** Os projetos originais elaborados pela Mesa ou por comissão permanente ou especial em assuntos de sua competência dispensarão

pareceres para a sua apreciação pelo Plenário, sempre que o requerer o seu próprio autor e a audiência não for obrigatória.

- E** Durante os debates, na ordem do dia, poderão ser apresentados requerimentos que se refiram estritamente ao assunto discutido.

QUESTÃO 16

Conforme estabelece o Regimento Interno da Câmara, assinale a opção INCORRETA.

- A** A concessão de urgência especial dependerá da aprovação do Plenário, mediante provocação por escrito da Mesa, de solicitação do Chefe do Executivo quando autor da proposição, de pedido de Comissão em assuntos de sua competência privativa ou especial, ou por proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- B** Concedida a urgência simples para projeto ainda sem parecer, será feito o levantamento da sessão, para que se pronunciem as comissões competentes sucessivamente, de imediato, após o que o projeto será colocado na ordem do dia da própria sessão.
- C** O regime de urgência simples será concedido pelo Plenário por requerimento de qualquer vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público ou de requerimento escrito que exigir, por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário.
- D** Serão incluídos no regime de urgência simples, independentemente de manifestação do Plenário, a proposta orçamentária, as diretrizes orçamentárias, o plano plurianual, a partir do escoamento de metade do prazo de que disponha o legislativo para apreciá-los.
- E** Serão incluídas no regime de urgência simples, independentemente de manifestação do Plenário os projetos de lei do Executivo sujeitos à apreciação em prazo certo, a partir das 3 (três)

últimas sessões que se realizem no intercurso daquele.

QUESTÃO 17

De acordo com o que estabelece o Regimento Interno da Câmara, assinale a opção que corresponde ao seguinte conceito: “é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra”.

- A** Emenda modificativa.
- B** Emenda supressiva.
- C** Emenda aditiva.
- D** Emenda substitutiva.
- E** Emenda invocativa.

QUESTÃO 18

A respeito dos limites do Município de Boa Vista, previstos na Lei Orgânica, assinale a opção INCORRETA.

- A** Com o MUNICÍPIO DE IRACEMA, o limite é assim definido: começa na interseção do Rio Uraricoera com o Rio Parimé, segue por este até seu segundo afluente (Igarapé Xiquibá), daí segue aproximadamente 2 km em sentido sudeste até a nascente do Igarapé Bonfim por este abaixo até sua foz no Igarapé Maruaí, segue por este abaixo até sua foz no Rio Surumu.
- B** Com o MUNICÍPIO DE NORMANDIA, o limite é assim definido: começa na interseção do Igarapé Maruaí com o Rio Surumu, segue por este abaixo até sua foz no Rio Tacutú.
- C** Com o MUNICÍPIO DE BONFIM, o limite é assim definido: da interseção do Rio Surumu com o Rio Tacutú, seguindo por este até o Rio Branco e por este abaixo até a foz do Igarapé Surrão.
- D** Com o MUNICÍPIO DE CANTÁ, o limite é assim definido: começa na interseção do Igarapé Surrão com o Rio Branco, segue por este abaixo (inclusive as ilhas) até a foz do Rio Mucajáí.

E Com o MUNICÍPIO DE MUCAJAÍ, o limite é assim definido: começa na interseção do Rio Branco com o Rio Mucajaí, daí segue por este acima até a interseção com o meridiano de 61° a oeste de Greenwich.

QUESTÃO 19

Acerca das competências do Município, conforme a Lei Orgânica do Município de Boa Vista, assinale a opção INCORRETA.

- A** Compete ao Município dispensar proteção especial à família, assegurando-lhe condições morais, físicas e sociais indispensáveis ao seu desenvolvimento, segurança e estabilidade.
- B** Compete ao Município organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, entre outros, os serviços de mercados, feiras e matadouros locais.
- C** Compete ao Município instituir a guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, ao policiamento ostensivo, à preservação da ordem pública e à atividade investigativa.
- D** Compete ao Município estimular o desenvolvimento das ciências da tecnologia, das artes, das letras e da cultura em geral.
- E** Compete ao Município realizar serviços de assistência social, diretamente ou por meio de instituição privada, conforme critério e condições fixados em lei municipal.

QUESTÃO 20

Conforme estabelece a Lei Orgânica do Município de Boa Vista, assinale a opção que NÃO apresenta uma hipótese de competência privativa da Câmara Municipal.

- A** Fixar o subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito, do Presidente da Câmara, dos vereadores, dos secretários municipais e dos presidentes das

autarquias e entidades da Administração Municipal direta e indireta.

- B** Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- C** Dispor, por força de Resolução, sobre sua organização, funcionamento, política, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixar a respectiva remuneração.
- D** Autorizar a obtenção e concessão de empréstimos, operações de crédito, a forma e os meios de pagamento.
- E** Autorizar referendo e convocar plebiscito.

QUESTÃO 21

Com base na Lei Orgânica do Município de Boa Vista, assinale a opção correta.

- A** O convênio celebrado pelo Prefeito, por motivo de urgência e de relevante interesse público, deverá ser encaminhado à Câmara, nos 21 (vinte e um) dias úteis subsequentes à sua celebração.
- B** O pedido de intervenção do Estado no Município, realizado por maioria absoluta dos vereadores da Câmara Municipal, será feito por ofício assinado pela Mesa Diretora da Câmara, ao Presidente da Assembleia Legislativa.
- C** É fixado em 17 (dezessete) dias úteis, prorrogáveis por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da Administração direta e indireta do Município prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pela Câmara Municipal na forma da Lei Orgânica.
- D** As contas do Município ficarão à disposição dos cidadãos durante 90 (noventa) dias, a partir de 15 (quinze) de fevereiro de cada exercício, no horário de funcionamento da Câmara Municipal, em local de fácil acesso ao público, precedida de

ampla divulgação nos meios de comunicação de massa.

- E** Dar-se-á a intervenção do Estado no Município, a pedido do Prefeito, quando a Câmara Municipal realizar a paralisação intempestiva da sessão legislativa ordinária, sem motivos justos.

QUESTÃO 22

Conforme estabelece a Lei Orgânica Municipal, é correto afirmar que a convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

- A** Pelo Prefeito Municipal, pelo Presidente da Câmara, pela Mesa Diretora, por requerimento da maioria dos membros da Câmara e de associação com mais de um ano de constituição.
- B** Pelo Prefeito Municipal, pelo Presidente da Câmara e a requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- C** Pelo Prefeito Municipal, pelo Presidente da Câmara, por requerimento dois terços dos membros da Câmara e pela Ordem dos Advogados do Brasil.
- D** Pelo Prefeito Municipal, pelo Presidente da Câmara, pela Mesa Diretora, por suas Comissões, por requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara e por iniciativa popular.
- E** Pelo Prefeito Municipal, pelo Presidente da Câmara, por suas Comissões, por requerimento da maioria dos membros da Câmara e pelo Conselho da Cidade.

QUESTÃO 23

Com base no que estabelece a Lei Orgânica do Município de Boa Vista, assinale a opção INCORRETA.

- A** É vedado ao vereador, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço

público municipal, salvo se o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

- B** É vedado ao vereador, desde a posse, ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal, ou nela exercer função remunerada.
- C** Perderá o mandato o vereador que deixar de ter domicílio no Município, sendo declarada, neste caso, a perda do mandato pela Mesa da Câmara.
- D** A extinção do mandato será declarada pelo Presidente da Câmara quando ocorrer falecimento ou renúncia por escrito do vereador.
- E** Perderá o mandato o vereador que deixar de comparecer, em cada legislatura à metade das sessões ordinárias da Câmara, salvo em caso de licença ou de missão oficial autorizada.

QUESTÃO 24

Conforme estabelece a Lei Orgânica do Município de Boa Vista, jogue os itens a seguir:

I - A proposta de emenda à Lei Orgânica não poderá ser rejeitada por vício de forma.

II - As propostas de emenda à Lei Orgânica do Município, bem como os projetos de lei, que sejam de iniciativa popular, têm prioridade, em sua tramitação, sobre todas as demais matérias.

III - A proposta de emenda à Lei Orgânica será votada em dois turnos, com interstício mínimo de 30 (trinta) dias, considerando-se aprovada quando obtiver em ambos, o voto favorável de 3/4 (três quartos) dos membros da Câmara Municipal.

IV - A matéria de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada, não poderá ser objeto de nova proposta na mesma legislatura.

Assinale a opção correta.

- A** A I e a IV estão corretas.
- B** A I e a II estão corretas.
- C** Todas estão incorretas.
- D** Apenas a I está correta.
- E** A I e a III estão corretas.

QUESTÃO 25

Com fundamento da Lei Orgânica do Município de Boa Vista, assinale a opção INCORRETA.

- A** Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual.
- B** As leis que tratam do parcelamento, da ocupação e do uso do solo necessitam do quórum de dois terços para ser aprovadas.
- C** As leis que criam cargos, funções ou empregos públicos necessitam do voto favorável da maioria absoluta para serem aprovadas.
- D** O Prefeito Municipal poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de 90 (noventa) dias úteis.
- E** O prazo estabelecido pela Lei Orgânica para apreciação dos projetos em regime de urgência solicitada pelo chefe do Poder Executivo não corre no período de recesso da Câmara e nem se aplica aos projetos de lei complementar.

QUESTÃO 26

Com base na Lei Orgânica do Município de Boa Vista, julgue os itens a seguir:

- I - O veto parcial é aquele que abrange apenas parte de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.
- II - O projeto de decreto legislativo destina-se a regular matéria político-administrativa da Câmara, de sua competência exclusiva, não dependendo de sanção ou veto do Prefeito Municipal.
- III - A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.
- IV - A matéria constante de projeto de lei rejeitado, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma legislatura, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Assinale a opção correta.

- A** As alternativas II e IV estão corretas.
- B** As alternativas II, III e IV estão corretas.
- C** Nenhuma das alternativas está correta.
- D** As Alternativas I, II e IV estão incorretas.
- E** As Alternativas I e III estão incorretas.

QUESTÃO 27

Com base na Lei Orgânica do Município de Boa Vista, assinale a opção INCORRETA.

- A** Compete privativamente ao Prefeito representar o Município em juízo e fora dele.
- B** Compete privativamente ao Prefeito suspender, no todo ou em parte, a execução de ato normativo Municipal declarado, incidentalmente inconstitucional.
- C** Compete privativamente ao Prefeito publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- D** Compete privativamente ao Prefeito remeter à Câmara Municipal, até o dia 20 de cada mês, recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias.
- E** Até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, o Prefeito Municipal deverá preparar, para entrega a seu sucessor e para publicação imediata, relatório da situação da Administração Municipal que conterà, entre outras, informações atualizadas acerca das dívidas do município, por credor, com as datas dos respectivos vencimentos, inclusive das dívidas a longo prazo e encargos decorrentes de operações de crédito informando sobre a capacidade da Administração Municipal de realizar operações de crédito de qualquer natureza.

QUESTÃO 28

Conforme estabelece a Lei Orgânica do Município de Boa Vista, assinale a opção INCORRETA.

- A** Qualquer subsídio, isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedida mediante lei específica municipal, aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- B** Os cargos em comissão serão preenchidos preferencialmente por servidores do quadro de pessoal do Município, em número nunca inferior a 2/3 (dois terços) do total.
- C** A atividade de administração pública dos Poderes do Município e a de entidade descentralizada obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e razoabilidade.
- D** A publicidade de ato, programa, projeto, obra, serviço e campanha de órgão público, por qualquer veículo de comunicação, somente pode ter caráter informativo, educativo ou de orientação social, e dela não constarão nome, cor ou imagem que caracterizem a promoção pessoal de autoridade, servidor público ou partido político.
- E** Os Poderes do Município, incluídos os órgãos que os compõem, publicarão trimestralmente, o montante das despesas com publicidade que, no período, tiverem sido contratadas ou pagas a cada agência publicitária ou veículo de comunicação.

QUESTÃO 29

Conforme estabelece a Lei Orgânica do Município de Boa Vista, assinale a opção correta.

- A** O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara para propor modificações nos projetos e lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e

aos créditos adicionais suplementares e especiais, enquanto não iniciada a votação, no Plenário da Câmara, da parte cuja alteração é proposta.

- B** Os recursos, que em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual ficarem, sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, independente de prévia e específica autorização legislativa.
- C** A contabilidade da Câmara Municipal encaminhará as suas demonstrações contábeis até o dia 15 (quinze) de cada mês, para fins de incorporação da contabilidade central da Prefeitura, para apreciação da secretaria municipal de finanças.
- D** São inalienáveis os bens públicos não-edificados, salvo os casos de permuta e de implantação de programas de habitação popular, sujeitos a prévia avaliação e autorização legislativa.
- E** A concessão administrativa dos bens municipais de uso especial e dominicais dependerá de lei e de licitação e far-se-á mediante contrato por prazo determinado, sob pena de nulidade do ato.

QUESTÃO 30

Conforme estabelece a Lei Orgânica do Município de Boa Vista, assinale a opção INCORRETA.

- A** O Município, preferentemente à venda ou a doação de bens imóveis, concederá direito real de uso, mediante concorrência, que poderá ser dispensada quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades culturais e assistenciais, ou verificar-se relevante interesse público na concessão, devidamente justificado.
- B** O Poder Público dará prioridade às obras em andamento, não podendo iniciar novos projetos

com objetivos idênticos sem que seja concluído o projeto em execução.

- C** A Câmara manifestar-se-á sobre a execução de obra pública pela União ou pelo Estado, no território do Município, observada a legislação específica.
- D** As entidades prestadoras de serviços públicos são obrigadas, pelo menos uma vez por ano, a dar ampla divulgação de suas atividades, informando, em especial, sobre planos de expansão, aplicação de recursos financeiros e realização de programas de trabalho.
- E** As tarifas dos serviços públicos prestados diretamente pelo Município ou por órgãos de sua administração descentralizada serão fixadas pela Câmara Municipal.

QUESTÃO 31

Conforme estabelece a Lei Orgânica do Município de Boa Vista, assinale a opção INCORRETA.

- A** O Município submeterá à apreciação das associações, antes de encaminhá-los à Câmara Municipal, os projetos de lei do plano plurianual, do orçamento anual e do plano diretor, a fim de receber sugestões quanto à oportunidade e o estabelecimento de prioridades das medidas propostas, os quais ficarão à disposição das associações durante 30 (trinta) dias, antes das datas fixadas para sua remessa à Câmara Municipal.
- B** O Município, em caráter precário e por prazo limitado definido em ato do Prefeito, permitirá às microempresas se estabelecerem na residência de seus titulares, desde que não prejudiquem as normas ambientais, de segurança, de silêncio, de trânsito e de saúde pública.
- C** Fica assegurada às microempresas ou às de pequeno porte a simplificação ou a eliminação, pelo Prefeito, de atos de procedimentos administrativos em seu relacionamento com a Administração Municipal direta ou indireta,

especialmente em exigências relativas às licitações.

- D** O Município, por meio da rede pública de saúde, propiciará acompanhamento médico e exames ao atleta integrante de quadros de entidade amadorista carente de recursos.
- E** Lei de iniciativa parlamentar poderá dispor sobre a criação, estruturação e atribuições das secretarias municipais.

QUESTÃO 32

A respeito da Lei Municipal nº 1.646/2015, que regulamenta a organização da Procuradoria da Câmara Municipal de Boa Vista, o regime jurídico da carreira de Procurador da Câmara e dá outras providências, assinale a opção INCORRETA.

- A** A Procuradoria da Câmara Municipal, dirigida pelo Procurador-Geral e subordinada diretamente à Presidência da Câmara, é composta pelas Procuradorias Legislativa, Administrativa e Judicial.
- B** As Procuradorias Administrativa, Legislativa e Judicial da Câmara serão dirigidas pelos Procuradores Chefes designados pelo Presidente da Câmara, e a ele diretamente subordinados.
- C** A competência residual entre as Procuradorias, Legislativa, Judicial e Administrativa será por esta exercida.
- D** Os assessores da Procuradoria, cujo cargo é privativo de bacharéis em direito, serão nomeados por ato da Presidência da Câmara Municipal, após indicação formal ao Procurador-Geral pelas respectivas chefias das Procuradorias da Câmara Municipal, às quais ficarão vinculados.
- E** Os estagiários da Procuradoria deverão estar regularmente matriculados no 5º semestre do curso de bacharelado em Direito e serão submetidos a processo de seleção.

QUESTÃO 33

A respeito da Lei Municipal nº 1.646/2015, assinale a opção INCORRETA.

- A** A cessão de Procuradores da Câmara para órgãos ou entidades que não integrem a estrutura da Procuradoria da Câmara somente será admitida por conveniência da Administração, para ocupar cargos de natureza especial e cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, e não poderá exceder a quinze por cento do quadro respectivo.
- B** A concessão das promoções e progressões na carreira de Procurador da Câmara dependem de resultado positivo na avaliação periódica de desempenho e são de competência da Presidência da Câmara.
- C** O Procurador da Câmara em estágio probatório não poderá exercer cargos de provimento em comissão.
- D** São assegurados aos Procuradores da Câmara prioridade no atendimento pela Administração pública direta e indireta do Município de Boa Vista.
- E** São assegurados aos Procuradores da Câmara identificação funcional específica.

QUESTÃO 34

A respeito da Lei Municipal nº 1.677/2016, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Câmara Municipal de Boa Vista e dá outras providências, assinale a opção correta.

- A** A Procuradoria Especial da Mulher é um órgão superior de representação.
- B** A Comissão Permanente de Licitação é um órgão superior de execução.
- C** À Diretoria de Cerimonial compete realizar atendimento ao público que se dirija ao gabinete da Presidência.
- D** À Diretoria de Relações Institucionais compete opor programas de relações públicas,

com vistas a projetar o nome da Câmara Municipal de Boa Vista.

- E** À Diretoria de Expediente do Gabinete da Presidência compete manter cadastro atualizado com informações sobre as autoridades municipais, estaduais e federais.

QUESTÃO 35

A respeito da Lei Municipal nº 1.677/2016, assinale a opção correta.

- A** A Escola do Legislativo - ESCOLEGIS é órgão responsável por oferecer qualificação e capacitação profissional ao público em geral.
- B** À Subcontroladoria de Auditoria e Controle de Gestão compete acompanhar e fiscalizar a realização de leilões e processos de doação.
- C** À Divisão de Documentação compete elaborar, em colaboração com os órgãos de origem, listas de documentos a serem recolhidos à divisão.
- D** À Divisão de Contratos e Convênios compete certificar o exaurimento do objeto do contrato e elaborar o termo de encerramento, encaminhando-o para a Divisão de Documentação.
- E** À Divisão de Aquisição compete requisitar a abertura de processos para a adesão em atas de registro de preços, levantar os documentos necessários e tomar todas as providências para a sua regular instrução.

QUESTÃO 36

A respeito da Lei Municipal nº 1.677/2016, assinale a opção INCORRETA.

- A** À Divisão de Apoio à Mesa Diretora compete promover a manutenção do protocolo de recebimento e distribuição de todas as proposições e requerimentos.
- B** À Divisão de Expediente da Diretoria de Plenário compete manter o acompanhamento das

correspondências determinadas pela Mesa Diretora nas sessões plenárias.

- C** À Divisão de Pesquisas e Estudos Legislativos compete assessorar a elaboração de anteprojetos e projetos de lei, emendas, requerimentos e demais proposições de natureza técnico-legislativa.
- D** À Divisão de Técnica Legislativa compete proceder a revisão e correção das proposições legislativas e demais atos normativos, realizando, caso necessário, com as correções técnicas necessárias.
- E** À Divisão de Publicação compete fazer publicar no portal da transparência os projetos de lei, os pareceres das comissões e o respectivo autógrafa.

QUESTÃO 37

A respeito da Lei Complementar Federal nº 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, assinale a opção INCORRETA.

- A** A parte normativa de uma lei compreende as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo, às disposições transitórias, se for o caso, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação, quando couber.
- B** Na alteração da lei por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, é vedada, mesmo quando recomendável, qualquer renumeração de

artigos e de unidades superiores ao artigo, devendo ser utilizado o mesmo número do artigo ou unidade imediatamente anterior, seguido de letras maiúsculas, em ordem alfabética, tantas quantas forem suficientes para identificar os acréscimos.

- C** Na alteração da lei por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, é vedado o aproveitamento do número de dispositivo revogado, vetado, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal ou de execução suspensa pelo Senado Federal em face de decisão do Supremo Tribunal Federal, devendo a lei alterada manter essa indicação, seguida da expressão 'revogado', 'vetado', 'declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal', ou 'execução suspensa pelo Senado Federal, na forma do art. 52, X, da Constituição Federal'.
- D** Na alteração da lei por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, é admissível a reordenação interna das unidades em que se desdobra o artigo, identificando-se o artigo assim modificado por alteração de redação, supressão ou acréscimo com as letras 'NR' maiúsculas, entre parênteses, uma única vez ao seu final.
- E** Eventual inexatidão formal de norma elaborada mediante processo legislativo regular não constitui escusa válida para o seu descumprimento.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 38

A respeito do Processo Legislativo, com fundamento nos dispositivos legais e no entendimento do STF, assinale a opção correta.

- A** É constitucional Lei de iniciativa parlamentar que autoriza o Estado-membro a indenizar pessoas por violações aos direitos à vida e à integridade física e psicológica decorrentes das

atuações dos agentes públicos, independentemente de provimento judicial.

- B** A partir da regra da subsidiariedade, a ADPF deve ser utilizada para impugnar Lei cuja matéria seja de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 61, §1º, II, “b”, da CF/88.
- C** A delegação da competência para legislar ao Presidente da República acerca de diretrizes orçamentárias tomará forma de Resolução do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos do seu exercício.
- D** A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria simples dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- E** A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início em qualquer das Casas do Congresso Nacional.

QUESTÃO 39

Acerca do Controle de Constitucionalidade na Constituição do Estado de Roraima, assinale a opção correta.

- A** O Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil é um dos legitimados para propositura de ADI, sendo omissa em relação ao Defensor Público-Geral.
- B** No reconhecimento de inconstitucionalidade por omissão, deverá a decisão, para tornar efetiva a norma constitucional, ser comunicada ao Poder competente para adoção de providências necessárias à prática do ato ou início do processo legislativo e em se tratando de órgão administrativo, para emití-lo em 30 (vinte) dias, sob pena de responsabilidade.

- C** Nas ações diretas de inconstitucionalidade, a decisão será comunicada à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal, quando declarada a inconstitucionalidade, para suspensão da execução da Lei ou do ato impugnado, devendo, no segundo caso, ser ouvido o Procurador-Geral da Câmara.
- D** A omissão na Constituição Estadual da previsão de medida cautelar nas ações diretas de inconstitucionalidade de Lei ou ato normativo estadual ou municipal, em face da Carta estadual, não impede o legitimado, por força de simetria constitucional, de requerê-la no bojo da ADI.
- E** Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão fracionário poderá o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima declarar a inconstitucionalidade de Lei ou de ato normativo estadual ou municipal.

QUESTÃO 40

A respeito do conceito e classificação de Constituição, considere as seguintes afirmações e assinale a opção correta.

- I – As Constituições da Espanha de 1808, do Japão de 1946 e as Cartas das Repúblicas Helvética e Bávara, à época da Revolução Francesa, são exemplos de Heteroconstituições;
- II – A maleabilidade em que se permite a adequação de normas às situações concretas do cotidiano, projetando, inclusive, força normativa na realidade social, política e cultural do Estado, revela a Constituição plástica;
- III – As Constituições cesaristas objetivam legitimar a presença do detentor do poder e apresentam apenas o plebiscito como mecanismo de participação popular.
- IV – A tese da irrelevância jurídica considera que o Preâmbulo da Constituição compartilha dos

mesmos caracteres jurídicos dela, contudo não deve se confundir com o articulado constitucional; V – Não tendo o Preâmbulo valor normativo autônomo e assim, não se revestindo de força cogente, a sua violação, segundo o STF, não configura inconstitucionalidade.

- A** Apenas uma assertiva está correta.
- B** Apenas duas assertivas estão corretas.
- C** Todas as assertivas estão corretas.
- D** Apenas uma assertiva está errada.
- E** Apenas três assertivas estão corretas

QUESTÃO 41

Considerando a jurisprudência do STF referente ao Princípio da Publicidade, assinale a opção correta.

- A** Veículo de comunicação não possui legitimidade ativa para impetrar Mandado de Segurança pleiteando direito líquido e certo de acesso a informações de verbas indenizatórias de parlamentares.
- B** A imprescindibilidade do sigilo de informações quando a segurança da sociedade e do Estado está envolvida, sujeita àquele, que deseja manter o sigilo, o ônus de argumentar a caracterização da necessidade.
- C** O caráter estratégico das atividades desenvolvidas por determinado órgão torna automaticamente secreta todas as informações a ele referentes.
- D** As verbas indenizatórias dos parlamentares, por terem natureza pública, se submetem a total transparência.
- E** O substrato material do princípio da publicidade é consolidado pelos meios de impugnação autônomos.

QUESTÃO 42

A respeito da Competência Legislativa, com fundamento nos dispositivos legais e no entendimento do STF, assinale a opção correta.

- A** A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são de competência exclusiva da União.
- B** Toda competência normativa municipal sobre ocupação de solos se esgota no Plano Diretor.
- C** É legítima a edição de lei pelo município com mais de 20 (vinte) mil habitantes que trata da forma diferenciada de ocupação e parcelamento do solo urbano em loteamentos fechados, ainda que de forma separada do Plano Diretor.
- D** O município só é competente para fixar o horário de funcionamento de estabelecimentos que comercializem bebidas alcoólicas.
- E** Compete ao Município organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão, permissão ou autorização, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

QUESTÃO 43

Acerca dos Direitos Fundamentais, com fundamento na Doutrina e no entendimento do STF, assinale a opção correta.

- A** A situação atual do sistema penitenciário brasileiro, ainda que viole preceitos fundamentais da Constituição Federal, não se submete ao manejo de ADPF para realização de tal proteção.
- B** A proibição a tratamento desumano ou degradante é exemplo de aplicação do princípio da eficácia mediata positiva das liberdades públicas.
- C** A potencialidade de congestionamento da justiça pelo fato de que todos os indivíduos que tiverem seus direitos violados acorrerão

individualmente ao Poder Judiciário, configura uma das condições de existência do Estado de Coisas Inconstitucional.

- D** Toda e qualquer pretensão decorrente de relação estatutária, e, portanto, surgindo no interior de uma entidade privada, pode ser alçada à hierarquia de questão constitucional e, como tal, se sujeita a eficácia horizontal dos direitos fundamentais.
- E** A dimensão objetiva dos direitos fundamentais corresponde à característica desses mesmos direitos, em maior ou menor escala cujo resultado opera na pretensão, ensejando a adoção de um dado comportamento no poder da vontade de produzir efeitos sobre certas relações jurídicas.

QUESTÃO 44

Acerca das funções dos direitos fundamentais com base na teoria dos *status* de Jellinek, assinale a opção INCORRETA.

- A** O *status* passivo ou *status subjection* é verificado quando o indivíduo pode achar-se em posição de subordinação aos Poderes Públicos e, portanto, caracterizando-se como detentor de deveres para com o Estado. Este tem a competência para vincular o indivíduo, por meio de mandamentos e proibições.
- B** O *status* negativo ocorre pela circunstância de o homem ter personalidade e assim poder desfrutar de um espaço de liberdade com relação às ingerências dos Poderes Públicos. Impõe-se que os homens gozem de algum âmbito de ação desvinculado do império do Estado.
- C** Em algumas situações o indivíduo se vê com a capacidade de pretender que o Estado aja em seu favor, exigindo a realização de uma prestação positiva, portanto, se tratando do *status civitatis*.

- D** O desenvolvimento da referida teoria se deu no final do século XIX por ocasião do indivíduo encontrar-se em face do Estado. A partir dela, se extarem as espécies de direitos fundamentais mais frequentemente assinaladas, quais sejam, direitos de defesa e direitos a prestações.
- E** O *status* ativo incidirá quando o indivíduo desfruta de competência para influir sobre as limitações das ingerências praticadas pelo Estado sobre os bens protegidos (liberdade, propriedade), fundamentando pretensão de reparo pelas agressões eventualmente consumadas.

QUESTÃO 45

Acerca das Medidas Provisórias, com fundamento nos dispositivos legais, na Doutrina e na jurisprudência do STF, assinale a opção INCORRETA.

- A** As relações jurídicas formadas durante o período em que a medida provisória esteve em vigor deverão ser disciplinadas pelo Congresso Nacional, por meio de Resolução.
- B** Durante a tramitação da medida provisória poderão os parlamentares apresentar emendas desde que observada a devida pertinência lógico-temática, ocasião em que não cumprido este requisito, haverá o que se chama de contrabando legislativo.
- C** As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação da EC n.32/2001 continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revoque explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional.
- D** Os pressupostos da urgência e da relevância estão submetidos à apreciação política do Presidente da República, gozando de larga margem de apreciação sobre a sua ocorrência.

E O STF fixou entendimento de que a aprovação e promulgação integrais de medida provisória apenas lhe tornam definitiva a vigência, com eficácia *ex tunc* e sem solução de continuidade, preservada a identidade originária do seu conteúdo.

QUESTÃO 46

A respeito dos crimes de responsabilidade praticados pelo Presidente da República e pelo Prefeito Municipal, com fundamento nos dispositivos legais e no entendimento do STF, assinale a opção INCORRETA.

- A** O desvio ou aplicação indevida de rendas ou verbas públicas são considerados crimes de responsabilidade dos Prefeitos, independentemente de pronunciamento da Câmara dos Vereadores.
- B** No processo de *impeachment* do Presidente da República, a ordem de votação dos Deputados Federais não pode gerar o “efeito-cascata”, ocasião em que o STF pode conhecer de ADI

para dar interpretação conforme a Constituição a dispositivo de Regimento Interno que alternadamente, prevê chamada nominal de parlamentar do norte para o sul e vice-versa.

- C** A omissão ou negligência do Prefeito Municipal na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura, configura infração político-administrativa a ser julgada pela Câmara de Vereadores, sancionada com cassação do mandato.
- D** O recebimento da denúncia no processo de *impeachment* contra o Presidente da República ocorre apenas após a decisão do Plenário do Senado Federal, atuando a Câmara dos Deputados somente no âmbito pré-processual.
- E** O STF entende que no processo de *impeachment* do Presidente da República não é possível a apresentação de candidaturas ou chapas avulsas para a formação da comissão especial.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 47

Acerca dos direitos da personalidade, sob a ótica dos Tribunais Superiores, assinale a opção INCORRETA.

- A** A exigência de autorização prévia para biografia constitui censura prévia particular.
- B** É inexigível autorização de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo também desnecessária autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes, ou de seus familiares, em caso de pessoas falecidas ou ausentes.
- C** Não induz responsabilidade civil a publicação de matéria jornalística cujo conteúdo divulgue

observações em caráter mordaz ou irônico ou, então, veicule opiniões em tom de crítica severa, dura ou, até, impiedosa, ainda mais se a pessoa, a quem tais observações forem dirigidas, ostentar a condição de figura notória ou pública, investida, ou não, de autoridade governamental, pois, em tal contexto, a liberdade de crítica qualifica-se como verdadeira excludente anímica, apta a afastar o intuito doloso de ofender.

- D** As pessoas públicas estão sujeitas a críticas no desempenho de suas funções, contudo, essas não podem ser infundadas e devem observar determinados limites, uma vez que se as acusações destinadas são graves e não são

apresentadas provas de sua veracidade, configurado está o dano moral.

- E** O compromisso ético com a informação verossímil, a preservação dos chamados direitos da personalidade, entre os quais se incluem os direitos à honra, à imagem, à privacidade e à intimidade, e a vedação de veiculação de crítica jornalística com intuito de difamar, injuriar ou caluniar a pessoa, não podem ser invocados como limitações ao exercício da liberdade de expressão.

QUESTÃO 48

Sob o prisma da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca do direito à imagem, assinale a opção INCORRETA.

- A** Independentemente da comprovação de prejuízo, configura dano moral indenizável a utilização e divulgação não autorizada da imagem de menor em material impresso de propaganda eleitoral.
- B** A ofensa ao direito à imagem materializa-se com a mera utilização da imagem sem autorização, ainda que não tenha caráter vexatório ou que não viole a honra ou a intimidade da pessoa, e desde que o conteúdo exibido seja capaz de individualizar o ofendido.
- C** O direito ao esquecimento, adotado pela jurisprudência do STJ, é absoluto e sua violação enseja reparação por danos morais, independentemente da comprovação de prejuízo.
- D** A pessoa jurídica de direito público não possui direito subjetivo à indenização por danos morais relacionados à violação da honra e da imagem.
- E** Independentemente de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.

QUESTÃO 49

Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la. A fundação somente poderá constituir-se para fins de, EXCETO:

- A** habitação de interesse social.
- B** cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico.
- C** promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos.
- D** atividades religiosas.
- E** segurança alimentar e nutricional.

QUESTÃO 50

Sobre os prazos prescricionais previstos no Código Civil, assinale a opção correta.

- A** Prescreve em um ano a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição.
- B** Prescreve em dois anos a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes.
- C** Prescreve em três anos a pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.
- D** Prescreve em quatro anos a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.
- E** Prescreve em cinco anos a pretensão para haver o pagamento de título de crédito, ressalvadas as disposições de lei especial.

QUESTÃO 51

Com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a opção INCORRETA.

- A** Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a

correção, o prazo de vigência começará a correr da nova publicação.

- B** Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- C** Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem.
- D** A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.

- E** Os Governos estrangeiros, bem como as organizações de qualquer natureza, que eles tenham constituído, dirijam ou hajam investido de funções públicas, não poderão adquirir no Brasil bens imóveis ou susceptíveis de desapropriação, salvo os prédios necessários à sede dos representantes diplomáticos ou dos agentes consulares.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 52

A respeito das normas fundamentais do processo civil e da prioridade de tramitação, assinale a opção correta.

- A** Os juízes e os tribunais deverão obedecer à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- B** O escrivão ou chefe de secretaria deverá obedecer à ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.
- C** Concedida a prioridade de tramitação, essa não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite ou do companheiro em união estável.
- D** A ordem de antiguidade para o julgamento, condicionada pelo Novo Código de Processo Civil, permite a classificação em grupos conforme a complexidade da causa.
- E** A tramitação prioritária depende de deferimento pelo órgão jurisdicional após apreciação da prova da condição de beneficiário.

QUESTÃO 53

À luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre competência, assinale a opção INCORRETA.

- A** A justiça comum é competente para processar e julgar causas em que se discuta a validade de vínculo jurídico-administrativo entre o poder público e servidores temporários.
- B** Compete à Justiça Federal o processamento e julgamento de demanda em que se discute a ausência de ou o obstáculo ao credenciamento de instituição particular de ensino superior no Ministério da Educação como condição de expedição de diploma de ensino a distância aos estudantes.
- C** Compete à Justiça Estadual processar e julgar demanda proposta em face do INSS com o objetivo de ver reconhecido exclusivamente o direito da autora de receber pensão decorrente da morte do alegado companheiro.
- D** A definição da competência se estabelece de acordo com os termos da demanda, e não a partir de considerações a respeito de sua procedência, da legitimidade das partes ou de qualquer juízo acerca da própria demanda.

- E** Se o juízo federal tiver de enfrentar o tema referente à caracterização da união estável, pretensão deduzida visando a concessão de benefício previdenciário, não haverá usurpação da competência da Justiça Estadual, pois esse ponto somente será apreciado como questão prejudicial, possuindo a demanda natureza nitidamente previdenciária.

QUESTÃO 54

Citado em uma ação de indenização, o réu, no prazo para resposta, não oferece contestação em peça autônoma, apresenta, todavia, reconvenção na qual refuta, de forma pormenorizada e específica, as alegações do autor e pede expressamente que seja julgado improcedente o pedido formulado na inicial. Com base nas informações apresentadas, marque a opção correta.

- A** Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção em peça única, não se podendo falar que houve revelia.
- B** Segundo o entendimento do STJ, se ocorrer a revelia deve-se presumir a veracidade quanto aos danos narrados na inicial, estendendo-se a presunção ao *quantum* indenizatório indicado pelo autor.
- C** A ausência de alegação da existência de convenção de arbitragem não implica aceitação da jurisdição estatal e renúncia ao juízo arbitral.
- D** O réu, para propor a reconvenção, deverá oferecer contestação.
- E** A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

QUESTÃO 55

Sobre a Fazenda Pública em juízo, assinale a opção INCORRETA.

- A** Os advogados públicos gozam da prerrogativa de serem intimados pessoalmente.
- B** Não se aplica a prerrogativa da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.
- C** Conforme entendimento do STJ, a Fazenda Pública é isenta do pagamento de emolumentos cartorários.
- D** Para o STJ, incidem os efeitos materiais da revelia contra a Fazenda Pública na hipótese em que, devidamente citada, deixa de contestar o pedido do autor, sempre que estiver em litígio uma obrigação de direito privado firmada pela Administração Pública, e não um contrato genuinamente administrativo.
- E** Para o STF, a fixação do prazo de 30 (trinta) dias para a Fazenda Pública apresentar embargos à execução não pode ser tida como irrazoável, porque trata-se de prazo idêntico ao que tem o particular para apresentar esses mesmos embargos nas execuções fiscais contra ele movidas pela Fazenda Pública.

QUESTÃO 56

Acerca da ação rescisória, assinale a opção correta.

- A** Se a sentença foi proferida de acordo com o entendimento do STF e posteriormente esse entendimento foi alterado, ainda assim caberá ação rescisória com base na ofensa literal a dispositivo de lei.
- B** Não constitui hipótese de cabimento da ação rescisória ter a sentença sido proferida por juiz impedido.
- C** Em que pese o Novo CPC ter previsto expressamente a possibilidade de julgamentos

antecipados parciais de mérito com seguimento recursal independente, adotou o posicionamento esposado pelo STJ, segundo o qual o início do prazo da ação rescisória só se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial.

- D** Se fundada a ação no fato de obter o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável, o termo inicial do prazo será a data de descoberta da prova nova, observado o prazo máximo de 4 (quatro) anos, contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.
- E** Ao propor ação rescisória, o Município deverá depositar a importância de cinco por cento sobre o valor da causa, que se converterá em multa caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.

QUESTÃO 57

A respeito do mandado de segurança impetrado contra ato administrativo que ao mesmo tempo suprime e reduz vantagens integrantes de remuneração de servidor público, assinale a opção INCORRETA.

- A** Em relação à vantagem suprimida o prazo decadencial para se impetrar mandado de segurança conta-se da data em que o prejudicado tomou ciência do ato.
- B** Em relação à vantagem reduzida, por se tratar de prestação de trato sucessivo, o prazo decadencial para se impetrar a ação mandamental renova-se mês a mês.
- C** Para o STJ, em mandado de segurança impetrado contra redução do valor de vantagem integrante de remuneração de servidor público, os efeitos financeiros da concessão da ordem retroagem à data do ato impugnado.
- D** Para o STF, a concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais, em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria, já que o mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança.
- E** A Lei do Mandado de Segurança estabelece que o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias assegurados em sentença concessiva de mandado de segurança a servidor público da administração direta ou autárquica federal, estadual e municipal será efetuado relativamente às prestações que se vencerem a contar da data do ato impugnado.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 58

Acerca do entendimento do STF sobre os princípios tributários, assinale a opção INCORRETA.

- A** Norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.
- B** A atualização monetária feita por meio de modificação dos fatores de indexação, com base

em legislação superveniente, constitui desrespeito ao postulado da não surpresa, instrumentalmente garantido pela cláusula da anterioridade tributária.

- C** A Constituição Estadual não pode estabelecer limite para o aumento de tributos municipais.
- D** A criação de nova maneira de recolhimento do tributo, a exemplo da utilização de base de cálculo ficta baseada na estimativa de mês

anterior, deve ocorrer mediante lei em sentido formal e material, descabendo, para tal fim, a edição de decreto.

- E** É inconstitucional a majoração do IPTU sem edição de lei em sentido formal, vedada a atualização, por ato do Executivo, em percentual superior aos índices oficiais.

QUESTÃO 59

A multa punitiva, uma sanção prevista para coibir a prática de ilícitos tributários, é aplicada em situações nas quais se verifica o descumprimento voluntário da obrigação tributária prevista na legislação. Nesse sentido, o entendimento do STF é de que a abusividade da multa punitiva apenas se revela naquelas arbitradas acima do montante de:

- A** 100% (cem por cento) do valor do tributo.
B 50% (cinquenta por cento) do valor do tributo.
C 60% (sessenta por cento) do valor do tributo.
D 200% (duzentos por cento) do valor do tributo.
E 150% (cento e cinquenta por cento) do valor do tributo.

QUESTÃO 60

Sobre a imunidade tributária, com base na doutrina e jurisprudência, assinale a opção correta.

- A** Embora a Constituição Federal reconheça expressamente a imunidade recíproca apenas às pessoas políticas, fundações e autarquias, a jurisprudência estende a limitação ao poder de tributar em benefício das empresas públicas e sociedades de economia mista, mesmo que sejam exclusivamente exploradoras de atividade econômica.

- B** O ônus de provar que o imóvel não está afetado a destinação compatível com os objetivos e finalidades institucionais de entidade autárquica recai sobre o Município que pretenda, mediante afastamento da imunidade tributária, cobrar IPTU sobre o referido imóvel.

- C** A imunidade tributária recíproca exonera o ente público sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.

- D** O reconhecimento da imunidade tributária às operações financeiras impede a autoridade fiscal de examinar a correção do procedimento adotado pela entidade imune.

- E** A Caixa de Assistência dos Advogados, por integrar a estrutura maior da OAB, é protegida pela imunidade tributária recíproca.

QUESTÃO 61

Com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre as atividades fiscais da Fazenda Municipal e a imunidade tributária, assinale a opção INCORRETA.

- A** As organizações maçônicas devem pagar IPTU e os demais tributos municipais.

- B** Os cemitérios que consubstanciam extensões de entidades de cunho religioso estão abrangidos pela imunidade tributária, o que impossibilita a incidência do IPTU.

- C** Não incide ITBI na aquisição de imóvel não edificado a ser utilizado para construção de templo religioso, cabendo ao Fisco Municipal, caso queira tributar, a prova da desvinculação da destinação institucional.

- D** Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, desde que o

valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.

- E** A distribuição de periódicos, revistas, publicações, jornais e livros é imune à incidência do ISS.

QUESTÃO 62

Acerca do crédito tributário, com base no Código Tributário Nacional, assinale a opção INCORRETA.

- A** A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele.
- B** A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.
- C** As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

- D** O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

- E** Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

QUESTÃO 63

São causas de interrupção do crédito tributário previstas no Código Tributário Nacional, EXCETO:

- A** Qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.
- B** Qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
- C** Despacho do juiz que ordena a citação do executado na execução fiscal.
- D** Protesto judicial.
- E** Inscrição do crédito tributário em dívida ativa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 64

A respeito da Administração Indireta, com fundamento na Doutrina, nos dispositivos legais e no entendimento do STF, assinale a opção correta.

- A** A criação de Fundação Pública se submete à Lei específica, sendo necessária Lei

Complementar para definir suas áreas de atuação.

- B** As sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de atuação própria do Estado e de natureza não concorrencial submetem-se ao regime de precatório.
- C** O controle político é um dos aspectos da tutela administrativa exercida na administração

indireta, em que se obriga a entidade a caminhar sempre no sentido dos fins para o qual foi criada.

- D** As autarquias assistenciais são aquelas voltadas para a atividade de previdência social oficial, como o INSS.
- E** A deslegifcação no poder normativo técnico das Autarquias de regime especial impõe necessariamente a transferência do poder legiferante para inovar a ordem jurídica, o que contraria o princípio da reserva legal.

QUESTÃO 65

Acerca do Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município da Boa Vista, com fundamento na Lei nº 812/2005, assinale a opção INCORRETA.

- A** A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não inferior a 24 (vinte e quatro) meses. Expirado esse período e não estando em condições de reassumir o cargo ou de ser readaptado, o servidor será aposentado.
- B** O auxílio reclusão consistirá numa importância mensal concedida aos dependentes menores de dezoito anos de idade do segurado de baixa renda, calculado com base no valor da última remuneração paga ao segurado, na forma do limite da tabela do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, quando recolhido à prisão que comprovadamente não tenha fonte de renda para sua subsistência.
- C** O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício.
- D** A contribuição mensal dos segurados inativos e pensionistas, que tenham cumprido

todos os requisitos para obtenção desses benefícios ou que estejam em gozo desses benefícios até a data de publicação da Emenda Constitucional nº. 41, de 31 de dezembro de 2003, corresponde a 30% (trinta por cento) incidente sobre a parcela dos proventos de aposentadoria e pensões e sobre a gratificação natalina, que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social de trata o artigo 201 da Constituição Federal.

- E** Os membros do Conselho Municipal de Previdência terão mandato de 3 (três) anos, permitida a recondução por uma única vez, e permanecerão no exercício do cargo até a data de investidura de seus sucessores, que deverá ocorrer até 30 (trinta) dias contados da data da designação.

QUESTÃO 66

A respeito do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Boa Vista, com fundamento na Lei Complementar nº 003/12, assinale a opção INCORRETA.

- A** Os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, e deverão ser preenchidos, no mínimo, por quarenta por cento de servidores efetivos.
- B** Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação facultativa em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da Administração e desde que a soma total não ultrapasse trinta por cento da remuneração, excluídas as determinações judiciais. (§1, art. 4º)
- C** Os locais de trabalho e os servidores que operam com Raios X ou substâncias radioativas serão mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizante não

ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.

- D** O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de trinta e cinco por cento, computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.
- E** O servidor que opera direta e permanentemente com Raios X ou substâncias radioativas gozará vinte dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida em qualquer hipótese a acumulação.

QUESTÃO 67

A respeito dos princípios administrativos, com fundamento na Doutrina e no entendimento do STF, assinale a opção correta.

- A** É desnecessária a observância da garantia do devido processo legal, em especial, do contraditório e da ampla defesa, relativamente à inscrição de entes públicos em cadastros federais de inadimplência.
- B** O princípio da autotutela está consignado nos aspectos de legalidade, em relação aos quais a Administração, de ofício, procede à revisão de atos ilegais, no entanto, não abarca os aspectos de mérito, em que reexamina atos anteriores à conveniência e oportunidade de sua manutenção ou desfazimento.
- C** O princípio da intranscendência subjetiva das sanções é comando impeditivo para a União inscrever município em cadastro de inadimplentes quando a irregularidade do convênio foi praticada na gestão anterior, e a atual, ao assumir, adotou providências de ressarcimento ao erário.
- D** Há nepotismo na nomeação de servidor que já possua parente no mesmo órgão, ainda que sem influência hierárquica sobre a nomeação. A

vedação constitucional, a partir dos princípios da administração, decorre diretamente da existência de relação de parentesco entre pessoa designada e agente político ou servidor público.

- E** A imposição à Administração de medidas preventivas contra a ocorrência de dano para a coletividade, diante de situações que envolvam risco, enaltece a ocorrência do princípio da segurança jurídica ou proteção à confiança, ocasião em que há necessariamente a defesa de estabilidade jurídica, ainda que seja nas ações perigosas dos particulares.

QUESTÃO 68

A respeito do entendimento do STJ sobre a Lei de Improbidade Administrativa, assinale a opção INCORRETA.

- A** A coexistência de Acórdão do Tribunal de Contas com sentença condenatória em ação civil pública de improbidade administrativa, que impõem ressarcimento ao erário e se referem ao mesmo fato, configura *bis in idem*, ainda que deduzido o valor do título que primeiramente foi executado.
- B** Constitui ato de improbidade administrativa punido, inclusive, com proibição de contratar com o Poder Público e pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano, a realização de operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- C** A tortura de preso custodiado em delegacia praticada por policiais constitui atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública.
- D** A inoportunidade de dano ao erário não é motivo suficiente para afastar a configuração de ato de improbidade que importe enriquecimento

ilícito, excluindo-se, no entanto, a aplicação de pena de ressarcimento ao erário.

- E** O STJ firmou entendimento de que a condenação pela prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, importando em suspensão dos direitos políticos e de proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, não podem ser fixadas abaixo de 3 (três) anos, considerando que este é o mínimo legal previsto na legislação.

QUESTÃO 69

A licitação é inexigível

- A** para contratação de instituição social dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos. Art. 24, XIII, 8.666/93
- B** quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
- C** quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- D** para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- E** nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

QUESTÃO 70

A respeito das normas gerais de contratação de consórcios públicos na Lei 11.107/2005, assinale a opção INCORRETA.

- A** São cláusulas necessárias do protocolo de intenções, entre outras, as que estabeleçam a denominação, finalidade, o prazo de duração se a sede do consórcio, bem como, a forma de eleição e a duração do mandato do representante legal do consórcio público que, obrigatoriamente, deverá ser Chefe do Poder Executivo do ente da Federação consorciado.
- B** Os consórcios públicos poderão outorgar apenas concessão ou autorização de obras ou serviços públicos mediante cláusula prevista no contrato de consórcio público, que deverá indicar de forma específica o objeto da concessão ou permissão e as condições a que deverá atender, observada a legislação de cada Estado consorciado.
- C** É nula a cláusula do contrato de consórcio que preveja determinadas contribuições financeiras ou econômicas de ente da Federação ao consórcio público, salvo a doação, destinação ou cessão do uso de bens móveis ou imóveis e as transferências ou cessões de direitos operadas por força de gestão associada de serviços públicos.
- D** Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantindo o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.
- E** No caso de se revestir de personalidade jurídica de direito privado, o consórcio público observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

QUESTÃO 71

Acerca das normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, com fundamento na Lei 11.079/2004, assinale a opção correta.

- A** As normas de que trata a Lei 11.079/2004 aplicam-se aplica-se aos órgãos da administração pública direta dos Poderes Executivo e Legislativo, aos fundos especiais, às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Município.
- B** É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), o período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos ou que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
- C** Na contratação de parceria público-privada será observada a diretriz de responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias, bem como, repartição subjetiva de riscos entre as partes, sendo esta última, de observância obrigatória e preferencial.
- D** Entre outras cláusulas, os contratos de parceria público-privada deverão prever o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco) anos, nem superior a 45 (quarenta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação.
- E** Os estudos de engenharia para a definição do valor do investimento da PPP deverão ter nível de detalhamento de anteprojeto, e o valor dos investimentos para definição do preço de referência para a licitação será calculado com base em valores de mercado, não considerando o

custo global de obras semelhantes no Brasil ou no exterior.

QUESTÃO 72

A respeito do processo administrativo, com base na Lei 9.784/1999, assinale a opção INCORRETA.

- A** Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
- B** Quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, o órgão competente para a instrução proverá, de ofício, à obtenção dos documentos ou das respectivas cópias.
- C** Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.
- D** Tem legitimidade para interpor recurso administrativo os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo, aqueles cujos direitos ou interesses forem diretamente afetados pela decisão recorrida, as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos, os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.
- E** Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, caberá à autoridade

proladora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade do julgado, conforme o caso.

DIREITO FINANCEIRO

QUESTÃO 73

A respeito do Direito Financeiro, assinale a opção INCORRETA.

- A** Classificam-se como despesas de custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- B** Classificam-se como transferências correntes as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.
- C** Classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
- D** São transferências de capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente

anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

- E** São receitas correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital e, ainda, o superávit do orçamento corrente.

QUESTÃO 74

A respeito do Direito Financeiro, assinale a opção INCORRETA.

- A** As dotações destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo Governo, de gêneros alimentícios ou outros materiais são consideradas subvenções econômica.
- B** A Lei de Orçamento não consignará ajuda financeira, a qualquer título, a empresa de fins lucrativos, salvo quando se tratar de subvenções cuja concessão tenha sido expressamente autorizada em lei especial.
- C** Constará da proposta orçamentária, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.
- D** A estimativa da receita terá por base as demonstrações bimestrais da receita arrecadada, segundo as rubricas, à arrecadação dos dois

últimos exercícios, pelo menos bem como as circunstâncias de ordem conjuntural e outras, que possam afetar a produtividade de cada fonte de receita.

- E** Se não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, o Poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente.

QUESTÃO 75

A respeito do Direito Financeiro, assinale a opção INCORRETA.

- A** É inconstitucional lei estadual que amplia os limites máximos de gastos com pessoal fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, porque usurpa a competência da União para dispor sobre o Direito Financeiro.
- B** Nos termos da Constituição Federal, a competência da União para legislar sobre Direito Financeiro e Orçamento é concorrente e se não exercida para editar lei federal sobre normas gerais, permitirá que os Estados exerçam sua competência legislativa plena.
- C** Para o STF, a abertura de crédito extraordinário para pagamento de despesas de simples custeio e investimentos, que não se caracterizam pela imprevisibilidade e urgência, não viola a Constituição Federal.
- D** Para o STF é possível a submissão das normas orçamentárias ao controle abstrato de constitucionalidade.
- E** São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

QUESTÃO 76

A respeito do Direito Financeiro, assinale a opção correta.

- A** Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
- B** São créditos especiais, os destinados a reforço de dotação orçamentária.
- C** São créditos extraordinários, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- D** São créditos suplementares, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.
- E** Os créditos extraordinários serão abertos por lei específica.

QUESTÃO 77

Assinale a opção que não representa uma exceção ao princípio orçamentário da não afetação das receitas de impostos.

- A** Prestação de garantias às operações de créditos por antecipação de receita.
- B** Manutenção e desenvolvimento do ensino.
- C** Prestação de garantia ou contragarantia à União.
- D** Reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
- E** Realização de atividades da administração tributária.

QUESTÃO 78

Assinale a alternativa que representa uma exceção ao princípio orçamentário da exclusividade.

- A** Repartição constitucional de impostos.
- B** Autorização para abertura de créditos suplementares.
- C** Pagamento de débitos para com a União.
- D** Destinação de recursos para a saúde.
- E** Pagamentos da dívida ativa.

QUESTÃO 79

Sabendo-se que não se confunde o conceito de receita corrente líquida, que serve de parâmetro para limites de gastos com pessoal, limites de endividamento, dentre outros, com a receita que serve de parâmetro para o repasse realizado pelo Executivo Municipal ao Legislativo, não sujeita a fluxo de arrecadação porque calculada com base na receita efetivamente realizada no exercício anterior. Assinale a opção que não compõem a base de cálculo do repasse do duodécimo ao Poder Legislativo Municipal.

- A** Transferências estaduais do IPVA.
- B** Transferências federais do FPM.

- C** Transferências estaduais do ICMS.
- D** Transferências federais do ITR.
- E** Transferências estaduais do ITCMD.

QUESTÃO 80

Assinale a opção que apresenta a categoria econômica das despesas dos juros da dívida pública:

- A** Despesas de custeio.
- B** Despesas de investimento.
- C** Transferências correntes.
- D** Inversões financeiras.
- E** Transferências de capital.

DIREITO AMBIENTAL**QUESTÃO 81**

A respeito da competência em matéria ambiental, com fundamento na Doutrina, nos dispositivos legais e no entendimento do STF, assinale a opção correta.

- A** Compete ao município, privativamente, legislar sobre conservação da natureza, proteção do meio ambiente, controle da poluição, florestas, caça e fauna.
- B** É inconstitucional lei municipal que proíbe, sob todos os aspectos, o emprego de fogo com finalidade de limpeza e preparo do solo no referido município, incluindo a destinação específica para preparo do plantio e colheita de cana-de-açúcar e de outras culturas.
- C** Havendo conflito de competência administrativa, em que há concorrência entre projetos da União Federal e do Estado-membro, com vistas à instituição, em determinada área, de reserva extrativista, caso inviável a colaboração entre tais pessoas políticas, deverá o conflito ser resolvido à luz do princípio da natureza pública da

proteção ambiental, prevalecendo os interesses do Estado quando envolverem mais de um município.

- D** Tendo em vista a exclusividade da União para legislar sobre exploração econômica de recursos naturais com potencial energético, como os recursos minerais, atividades nucleares e as águas para geração de energia, não poderão os Estados exercerem competência legislativa suplementar a respeito da Política nacional do Meio Ambiente.
- E** Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente e defesa do solo, cabendo ao município exercer competência legislativa remanescente quando a matéria for exclusivamente de interesse local.

QUESTÃO 82

A respeito da responsabilidade criminal em matéria ambiental, com fundamento nos dispositivos legais e nos entendimentos do STF e STJ, assinale a opção INCORRETA.

- A** Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional.
- B** Nos casos em que há denúncia por crime ambiental contra a pessoa jurídica e também contra a pessoa física, a absolvição da pessoa física implica diretamente a exclusão da pessoa jurídica da ação penal, uma vez que pacificado nos tribunais superiores a aplicação da teoria da dupla imputação.
- C** Não é crime o abate de animal, quando realizado em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família, para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória ou destruidora de animais, desde que legal e expressamente autorizado pela autoridade competente ou por ser nocivo o animal, desde que assim caracterizado pelo órgão competente.
- D** O STJ entende que o delito de poluição ambiental dispensa resultado naturalístico e a potencialidade de dano da atividade criminosa, uma vez que a Lei de Crimes Ambientais deve ser interpretada à luz dos princípios do desenvolvimento sustentável e da prevenção.
- E** A Lei nº 9.605/1998, ao dispor sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente,

bem como, dando outras providências, constituiu um divisor de águas em matéria de repressão a ilícitos ambientais. Trouxe outro viés, outro padrão de punibilidade em matéria de crimes ambientais, trouxe a figura do crime de perigo.

QUESTÃO 83

Acerca dos princípios, histórico, conceito, fontes e fundamentos do Direito Ambiental, assinale a opção INCORRETA.

- A** Na relação homem-natureza, a concepção sobre sustentabilidade a partir da configuração antropocêntrica utilitarista, denota a natureza como um bem coletivo essencial que deve ser preservado como garantia de sobrevivência e bem-estar do homem.
- B** A Convenção de Joanesburgo, realizada dez anos depois da Rio 92, gerou dois documentos importantes, a Declaração de Joanesburgo em Desenvolvimento Sustentável e o Plano de Implementação (PI). O segundo documento identificou várias metas, como a erradicação da pobreza e alteração dos padrões de consumo e de produção e proteção dos recursos naturais.
- C** O esgarçamento da camada de ozônio, o aquecimento global e mudanças climáticas, a escassez de água no planeta e tragédias ambientais como a de *Tchernobyl* e *Exxon Valdez*, contribuíram para o surgimento da consciência ambiental e, portanto, sendo acontecimentos considerados fontes materiais do Direito Ambiental.
- D** O efeito *cliquet* ambiental não admite o recuo da salvaguarda ambiental para níveis de proteção inferiores aos já consagrados, a não ser que circunstâncias de fato sejam significadamente alteradas.
- E** A Conferência de Estocolmo de 1972 e o Protocolo de Kyoto de 1997, são algumas das

principais fontes formais internacionais do Direito Ambiental.

QUESTÃO 84

A respeito do Código de Proteção ao Meio Ambiente para a Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e uso adequado dos Recursos Naturais do Estado de Roraima, com fundamento na Lei Complementar nº 007/1994, assinale a opção INCORRETA.

- A** Qualquer matéria de competência do Estado, relacionada com o meio ambiente, deverá ser submetida à apreciação do Conselho do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado de Roraima CEMAT.
- B** Para os fins da referida legislação, considera-se corredores ecológicos as porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e recolonização de áreas degradadas, bem como, a manutenção de populações que demandam para a sua sobrevivência áreas com extensão maior que aquela das unidades individuais.
- C** São consideradas áreas de proteção especial, entre outras, os locais adjacentes a parques estaduais, estações ecológicas e às reservas biológicas.
- D** É proibido o corte raso das florestas, a exploração de pedreiras e outras atividades degradadoras da paisagem, dos recursos naturais e das faixas de terras de locais adjacentes a manancial de água e sítios com atributos ambientais relevantes.
- E** Entende-se por uso adequado, o conjunto de práticas e procedimentos que visam a conservação, melhoramento e recuperação do

solo, atendendo à função sócio-econômica-cultural da propriedade e à manutenção do equilíbrio ecológico.

QUESTÃO 85

Acerca do licenciamento ambiental, com fundamento na Resolução nº 237/1997 do CONAMA, assinale a opção INCORRETA.

- A** A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação.
- B** Compete ao órgão ambiental municipal, ouvidos os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.
- C** O órgão ambiental competente, verificando que a atividade ou empreendimento não é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, definirá os estudos ambientais pertinentes ao respectivo processo de licenciamento e expedirá, desde logo, autorização para o início das atividades.
- D** Impacto Ambiental Regional é todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais Estados.
- E** Os entes federados, para exercerem suas competências licenciatórias, deverão ter implementados os Conselhos de Meio Ambiente, com caráter deliberativo e participação social e,

ainda, possuir em seus quadros ou a sua disposição profissionais legalmente habilitados.

DIREITO URBANÍSTICO

QUESTÃO 86

Acerca das diretrizes gerais da política urbana, com fundamento na Lei Federal nº 10.257/2001, assinale a opção INCORRETA.

- A** A gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, é uma das diretrizes gerais da política urbana que tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.
- B** Compete à União, entre outras atribuições de interesse da política urbana, instituir diretrizes para desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico, transporte e mobilidade urbana, que incluam regras de acessibilidade aos locais de uso público.
- C** Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.
- D** Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
- E** As áreas urbanas com mais de duzentos metros quadrados, ocupadas por população de

baixa renda ou ribeirinhas para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

QUESTÃO 87

Antes da elaboração do projeto de loteamento, o interessado deverá solicitar à Prefeitura Municipal, ou ao Distrito Federal quando for o caso, que defina as diretrizes para o uso do solo, traçado dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres e das áreas reservadas para equipamento urbano e comunitário, apresentando, para este fim, requerimento e planta do imóvel.

Com fundamento na Lei Federal nº 6.766/1979, não é exigência mínima que se conste no referido requerimento:

- A** As soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar.
- B** A localização dos cursos d'água, bosques e construções existentes.
- C** A indicação dos arruamentos contíguos a todo o perímetro, a localização das vias de comunicação, das áreas livres, dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências, com as respectivas distâncias da área a ser loteada.
- D** As curvas de nível à distância adequada, quando exigidas por lei estadual ou municipal.
- E** As divisas da gleba a ser loteada.

QUESTÃO 88

Com fundamento na Lei Municipal n° 925/2006, não são consideradas diretrizes voltadas para a estratégia de desenvolvimento econômico sustentável.

- A** O apoio ao desenvolvimento agrícola, por intermédio do incentivo à produção municipal, em especial à agricultura familiar, reforçando as ações voltadas para o desenvolvimento tecnológico da produção de produtos nativos, viabilizando o consumo de produtos regionais nas escolas e estabelecimentos de saúde.
- B** A promoção do planejamento e da gestão municipal que respeite os condicionantes do meio físico e biótico.
- C** A promoção da melhoria da infraestrutura de apoio ao desenvolvimento agrícola, em especial mobilidade.
- D** O incentivo a agricultura orgânica, apoiando as associações e cooperativas de produtores.
- E** A valorização da cultura e o artesanato locais, realizando diferentes formas de intercâmbio cultural de abrangência regional, inclusive com os países fronteiriços.

QUESTÃO 89

A respeito do parcelamento de solo urbano, com fundamento na Lei Municipal n° 926/2006, não precisam estar presentes nos projetos de loteamento ou desmembramento.

- A** Solução para esgotamento sanitário.
- B** Solução para abastecimento de água.
- C** Solução para distribuição de energia elétrica.
- D** Solução para drenagem e águas pluviais.
- E** Solução para iluminação pública.

QUESTÃO 90

Acerca do uso e ocupação do solo urbano do município de Boa Vista, com fundamento na Lei Municipal n° 926/2006, não são vedadas redes de telecomunicações e teletransmissão.

- A** Em áreas de preservação permanente.
- B** Em unidades de conservação de proteção integral.
- C** Em templos e locais de culto em geral.
- D** Em parques urbanos, museus e teatros.
- E** Em hospitais.

QUESTÃO 91

Para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento, sujeitam-se ao Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV, os seguintes empreendimentos, excetuando-se.

- A** Casas noturnas.
- B** Edificações destinadas à prática de assistência social.
- C** Edificações com área útil principal igual ou superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados).
- D** Estacionamento ou garagem para mais de 100 (cem) veículos.
- E** Hotel com área de terreno igual ou superior a 1.000 m² (mil metros quadrados).

QUESTÃO 92

A respeito do direito de superfície, com fundamento na Lei Federal n° 10.257/2001, assinale a opção INCORRETA.

- A** O proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.

- B** O direito de superfície abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística.
- C** A concessão do direito de superfície poderá ser gratuita ou onerosa.
- D** O superficiário responderá integralmente pelos encargos e tributos que incidirem sobre a propriedade superficiária, arcando, ainda, proporcionalmente à sua parcela de ocupação efetiva, com os encargos e tributos sobre a área objeto da concessão do direito de superfície, salvo disposição em contrário do contrato respectivo.
- E** O direito de superfície confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

QUESTÃO 93

Com fundamento na Lei Municipal nº 924/2006, é diretriz da Política Ambiental voltada para os recursos hídricos.

- A** A priorização da preservação dos igarapés e lagoas inseridos nas zonas sul/sudoeste da cidade por serem áreas menos degradadas e passíveis de recuperação
- B** O incentivo a adoção de hábitos, costumes, posturas, práticas sociais e econômicas que visem à proteção e recuperação dos recursos hídricos do município.
- C** A busca da conscientização das interações entre as atividades antrópicas e o meio hídrico para que sejam articuladas de maneira sustentável
- D** A proteção e recuperação dos mananciais do município, superficiais e profundos.
- E** A proteção e recuperação dos mananciais do município, considerando também o entorno das lagoas, rios e igarapés, sejam eles permanentes ou temporários.

DIREITO ELEITORAL**QUESTÃO 94**

A respeito das inelegibilidades, com fundamento na jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- A** É inelegível, para o cargo de vereador, presidente da câmara do município que substitui ou sucede o prefeito nos seis meses que antecedem o pleito.
- B** O vice-prefeito que substitui o titular não pode concorrer à reeleição ao cargo de prefeito.
- C** O vice-governador já reeleito para o cargo de vice e que sucede o titular não pode concorrer à reeleição ao cargo de governador.
- D** O cidadão que exerce dois mandatos consecutivos como prefeito de determinado município não fica inelegível para o cargo da mesma natureza em qualquer outro município da Federação.
- E** Não é inelegível para o cargo de prefeito do município resultante de desmembramento territorial o irmão do atual chefe do Poder Executivo-mãe.

QUESTÃO 95

Acerca das condições de elegibilidade, com fundamento na jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- A** A mudança de filiação partidária extingue direito à suplência e convocação para exercício do mandato.
- B** O domicílio eleitoral na circunscrição e a filiação partidária, constituindo condições de elegibilidade, não revelam-se passíveis de válida disciplinação por meio lei ordinária.
- C** É inconstitucional dispositivo de lei que estabelece o dia imediato ao de sua entrada em vigor como prazo final para renúncia de detentor de cargo eletivo que pretenda transferir seu domicílio eleitoral.
- D** A fixação por lei estadual de condições de elegibilidade em relação aos candidatos a juiz de paz, não invade a competência da União.
- E** O indeferimento de registro de candidato por deficiência de documentação exigida por lei implica em suspensão de direitos políticos.

QUESTÃO 96

A respeito da anterioridade anual da Lei Eleitoral, tratada no art. 16 da CF/88, com fundamento na jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- A** As decisões do TSE, ainda que no curso do pleito eleitoral, ou logo após o seu encerramento, que impliquem mudança de jurisprudência, têm aplicabilidade imediata ao caso concreto e eficácia sobre outros casos no pleito eleitoral posterior.
- B** Não ofende a regra da anterioridade anual da lei eleitoral legislação que se limita a alterar procedimentos eleitorais sem afetar a igualdade entre partidos e candidatos ou introduzir deformações que afetem a normalidade das eleições.

- C** O art. 16 da Constituição Federal, ainda que seja cláusula pétrea, não impede a eficácia imediata de emenda constitucional destinada a alterar o processo eleitoral.
- D** A regra da anterioridade anual da Lei Eleitoral não impede a criação de município em ano eleitoral.
- E** Não se aplica a regra da anterioridade anual da Lei Eleitoral quando se trata de lei que disponha sobre apuração de votos.

QUESTÃO 97

O Estatuto do partido deverá conter diversas normas, EXCETO as que tratem de.

- A** Nome, denominação abreviada e o estabelecimento da sede na Capital Federal.
- B** Filiação e desligamento de seus membros.
- C** Direitos e deveres dos filiados.
- D** Responsabilidade civil e trabalhista.
- E** Fidelidade e disciplina partidárias, processo para apuração das infrações e aplicação das penalidades, assegurado amplo direito de defesa.

QUESTÃO 98

Não é considerado cancelamento imediato da filiação partidária.

- A** Morte.
- B** Prática de crime contra a administração pública.
- C** Expulsão.
- D** Filiação a outro partido, desde que a pessoa comunique o fato ao juiz da respectiva zona Eleitoral.
- E** Perda dos direitos políticos.

QUESTÃO 99

A respeito dos Tribunais Regionais Eleitorais, assinale a opção INCORRETA.

- A** O Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal Regional serão eleitos por este dentre os três desembargadores do Tribunal de Justiça; o terceiro desembargador será o Corregedor Regional da Justiça Eleitoral.
- B** Servirá como Procurador Regional junto a cada Tribunal Regional Eleitoral o Procurador da República no respectivo Estado e, onde houver mais de um, aquele que for designado pelo Procurador Geral da República.
- C** Os Tribunais Regionais deliberam por maioria de votos, em sessão pública, com a presença da maioria de seus membros.
- D** As decisões dos Tribunais Regionais sobre quaisquer ações que importem cassação de registro, anulação geral de eleições ou perda de diplomas somente poderão ser tomadas com a presença de 2/3 (dois terços) os seus membros.
- E** A pedido dos juízes eleitorais, O Corregedor Regional se locomoverá para as zonas eleitorais.

QUESTÃO 100

A respeito do Tribunal Superior Eleitoral, assinale a opção INCORRETA.

- A** Não podem fazer parte do Tribunal Superior Eleitoral cidadãos que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o segundo grau, seja o vínculo legítimo ou ilegítimo, excluindo-se neste caso o que tiver sido escolhido por último.
- B** Perante o Tribunal Superior, qualquer interessado poderá arguir a suspeição ou impedimento dos seus membros, do Procurador Geral ou de funcionários de sua Secretaria, nos casos previstos na lei processual civil ou penal e por motivo de parcialidade partidária, mediante o processo previsto em regimento.
- C** As decisões do Tribunal Superior, assim na interpretação do Código Eleitoral em face da Constituição e cassação de registro de partidos políticos, como sobre quaisquer recursos que importem anulação geral de eleições ou perda de diplomas, só poderão ser tomadas com a presença de todos os seus membros.
- D** Compete ao Tribunal Superior processar e julgar originariamente o registro e a cassação de registro de partidos políticos, dos seus diretórios nacionais e de candidatos à Presidência e vice-presidência da República.
- E** Exercerá as funções de Procurador Geral, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, o Procurador Geral da República, funcionando, em suas faltas e impedimentos, seu substituto legal.